**A justificação pela fé em Hebreus e Epístolas Gerais**

**Introdução**

Embora alguns dizem que Paulo é o campeão da doutrina da justificação pela fé, pela sua ênfase a esta doutrina fundamental, a epístola aos Hebreus e as Epístolas Gerais em nada contradizem a doutrina da justificação pela fé, mas igualmente a promovem.

Numa leitura descuidada, a **Carta de Tiago** passa a ideia de oposição à doutrina da justificação pela fé, mas sua mensagem é que a fé que justifica o pecador não é morta, mas operosa, e se mostra através da obediência e serviço a Deus [[1]](#footnote-1). **Judas,** tal como seu irmão Tiago,também alerta contra o perigo de passividade em relação à vida piedosa [[2]](#footnote-2).

Na **Primeira Carta de João** o apóstolo menciona insistentemente a absoluta necessidade da fé para a salvação, mas enfatiza que a prova desta fé é o amor pelos irmãos. A ausência deste amor é evidência de que é falsa qualquer profissão de fé em Jesus [[3]](#footnote-3).

Em **Hebreus** temos a doutrina da salvação pela fé em Jesus Cristo somente [[4]](#footnote-4); mas nos últimos capítulos, o autor, tal como João, faz “*ternos apelos para que sigamos a Cristo em todas as circunstâncias da vida, em amor fraternal, bondade e pureza, com oração incessante e fé inabalável em Deus*” [[5]](#footnote-5).

Finalmente, na **Segunda Carta de Pedro**, o apóstolo responsabiliza seus leitores em “suplementar” sua fé com as qualidades que os fazem ativos e frutíferos (2Pe 1:5-8), usando fortes palavras: “*irmãos, procurai mais* diligentemente *fazer firme a vossa vocação e eleição*” (2Pe 1:10), em nada diferente das palavras com as quais Paulo se dirige aos filipenses: “*desenvolvei a vossa salvação com temor e tremor*” (Fp 2:12) [[6]](#footnote-6).

**A Justificação Pela Fé em Tiago**

Mas depois de lermos Tg 2:24 poderíamos até pensar que temos que mudar a doutrina reformada da justificação pela fé somente, pois o versículo diz: “*verificais que uma pessoa é justificada por obras e não por fé somente*”. Teólogos católicos romanos insistem que este texto nega expressamente a doutrina reformada da justificação somente pela fé e que a justificação é tanto pela fé e por obras. Teólogos reformados afirmam que Tiago, ao ser interpretado corretamente, não modifica nem contradiz a doutrina paulina da justificação somente pela fé, pois Tiago e Paulo abordam duas questões diferentes.

Aprendemos bastante sobre o relacionamento entre os apóstolos a partir de Gálatas 1 e 2. Numa reunião de líderes da igreja de Jerusalém, Paulo nos relata que “*lhes expus o evangelho que prego entre os gentios [...] para, de algum modo, não correr ou ter corrido em vão*” (Gl 2:2). O resultado desta exposição foi que “*aqueles que pareciam ser de maior influência [...] nada me acrescentaram*” (Gl 2:6) e que “*Tiago, Cefas e João [...] me estenderam, a mim e a Barnabé, a destra da comunhão*” (Gl 2:9). Ou seja, Paulo concluiu que os apóstolos e líderes em Jerusalém pregavam o mesmo evangelho que ele [[7]](#footnote-7). Vemos que João, Pedro, Paulo e Tiago concordam plenamente em que a fé em Jesus Cristo é evidente através de uma nova vida em Cristo Jesus [[8]](#footnote-8). Paulo põe claramente a doutrina da justificação pela fé no centro do evangelho, sem as obras da lei. Esta mesma doutrina formava o centro do evangelho que ele expusera em Jerusalém. Se assim não fosse, então Tiago ou Paulo, ou ambos, estavam muito enganados ou desonestos quanto ao acordo relatado em Gálatas 2:9. Até a terminologia era a mesma, todos os líderes de Jerusalém, inclusive Tiago, pregavam a doutrina da justificação somente pela fé na forma paulina, conforme Paulo falara a Pedro em Antioquia: “*o homem não é justificado por obras da lei e sim mediante a fé em Cristo Jesus*” (Gl 2:16).

Mas se Tiago realmente ensinasse a doutrina da justificação pela fé sem as obras da lei, nos mesmos termos em que Paulo ensinava, então como ele fala da maneira que lemos em Tiago 2? Tiago pressupõe que seus leitores estão familiarizados com a terminologia de Paulo, mas alguns ouvintes dele estavam usando a doutrina da justificação somente pela fé como pretexto para relaxar quanto à vida piedosa e Tiago ataca isto.

Quando lemos “*se alguém disser que tem fé*” (Tg 2:14), fica claro que é apenas uma profissão de fé. E quando Tiago pergunta “*pode, acaso, semelhante fé salvá-lo?*”, ele não está dizendo nada contra uma fé genuína, mas apenas questiona uma profissão vazia. Tiago nos fornece uma prova de uma fé genuína: a de Abraão (Tg 2:21-23). Como diz Gresham Machen: “*a fé que Tiago condena não é a fé que Paulo recomenda, assim como as obras que Tiago recomenda são diferentes das obras que Paulo condena*” [[9]](#footnote-9).

Qual então é a natureza da justificação na carta de Tiago? Ele indica isso em 2:18: “*mostra-me essa tua fé sem as obras, e eu, com as obras, te mostrarei a minha fé*”. Tiago nos ensina que a fé é ***evidenciada*** por nossas obras. É o que nos fala também Jesus quando diz que “*toda* *árvore boa produz bons frutos*” (Mt 7:15-23), ou ainda Paulo quando fala da “*justiça que provém da fé*” e do “*fruto do Espírito*” (Gl 5:13-26) [[10]](#footnote-10).

Podem surgir ainda mais questionamentos. Em primeiro lugar, o que Tiago quer dizer em 2:22 que “*foi pelas obras que a fé [de Abraão] se consumou*”? Na interpretação católica isto quer dizer que há uma deficiência na fé, de forma que a justificação deve ser compensada por obras. Entretanto, Tiago não está dizendo que a fé é deficiente quanto à justificação, mas que a fé alcança seu objetivo quando produzimos boas obras. E por último, o versículo de Tiago 2:24, o texto clássico daqueles que negam a doutrina da justificação somente pela fé: “*verificais que uma pessoa é justificada por obras e não por fé somente*”. Pelo que vimos, todo o contexto de Tiago indica que este versículo não fala do mesmo tipo de justificação da qual Paulo fala.

Antes de deixarmos Tiago 2 de lado, devemos nos atentar o que o Espírito Santo nos quer dizer através desta epístola. O Espírito nos alerta quanto à complacência. O que será de nós se apenas confessarmos nossa fé e não fizermos boas obras? Uma fé que não produz boas obras não é uma fé verdadeira! É uma pretensão de fé, não é uma fé salvadora, é uma fé morta. Fé morta é o que uma pessoa morta em seus delitos e pecados consegue produzir. Uma fé viva vem do poder do Espírito de Deus, que produz vida nos mortos e salva-os das suas obras mortas para servir ao Deus vivo [[11]](#footnote-11).

**A Confissão de Fé de Westminster**

A Confissão de Fé de Westminster traduz isto muito bem no capítulo 11 sobre a justificação, seção 2: “*A fé, assim recebendo e assim repousando em Cristo e em sua justiça, é o único instrumento da justificação; ela, contudo, não está sozinha na pessoa justificada, mas sempre anda acompanhada de todas as demais graças salvíficas; não é uma fé morta, mas a fé que age através do amor*”.

A Palavra de Deus, assim traduzida pela Confissão de Fé de Westminster, pelo Catecismo Maior e pelo Breve Catecismo [[12]](#footnote-12), ensina a justificação somente pela fé. O Breve Catecismo, pergunta 33, declara que “*justificação é um ato da livre graça de Deus, no qual Ele perdoa todos os nossos pecados e nos aceita como justos diante de si, somente por causa da justiça de Cristo a nós imputada, e recebida só pela fé*”. O Catecismo Maior, pergunta 77, diz que “*ainda que a santificação seja inseparavelmente unida com a justificação, contudo elas são diferentes nisto: na justificação, Deus imputa a justiça de Cristo; e na santificação, o seu Espírito infunde a graça e dá forças para ser praticada. Na justificação o pecado é perdoado; na santificação ele é subjugado. A primeira liberta a todos os crentes igualmente da ira vindoura de Deus e isto de maneira perfeita na presente vida, de modo que eles jamais caem na condenação; a segunda não é igual em todos os crentes, e nesta vida não é perfeita em crente algum, todavia sempre avança para a perfeição*”.

**Ordem da Salvação**

Muitos teólogos têm apresentado uma ordem lógica nos diversos passos que ocorrem no processo da salvação, o que vimos acima na Confissão de Fé e que pode ser útil na discussão a seguir. Apresentaremos aqui a ordem de salvação (ou em latim, *ordo salutis*) sugerida por Louis Berkhof em sua Teologia Sistemática: vocação, regeneração, conversão (incluindo arrependimento e fé), justificação, santificação, perseverança e glorificação. Estes aspectos do processo ou caminho da salvação não ocorrem sucessivamente, mas simultaneamente. Alguns aspectos são atos instantâneos (regeneração), outros contínuos (perseverança). Alguns têm a participação do homem (fé e arrependimento), outros dizem respeito ao que Deus faz (regeneração e justificação). Alguns se deram no passado (vocação), outros se completarão no futuro (glorificação) [[13]](#footnote-13).

**E por que a justificação pela fé é uma doutrina tão importante?**

É o que separa o cristianismo bíblico de todas as outras religiões, e até de alguns ramos do próprio cristianismo onde o homem tenta chegar a Deus por si só. Apenas no cristianismo bíblico o homem é salvo pela graça através da fé. Apenas ao lermos a Bíblia percebemos que a justificação é pela fé, sem as obras da lei.

É importante para o cristão entender esta doutrina. O conhecimento da justificação e da graça motiva-nos para fazermos boas obras e para podermos crescer espiritualmente. Ou seja, justificação leva para a santificação. E como a justificação é uma obra completa de Deus os cristãos podem ter certeza da sua salvação. Aos olhos de Deus, os crentes possuem a justiça necessária para ganhar a vida eterna.

Quando a pessoa é justificada, ela não precisa fazer mais nada para entrar no céu. E porque a justificação vem pela fé em Cristo, baseada na obra Dele em nosso favor, as nossas próprias obras são desqualificadas como meio de salvação (Rm 3:28). Existem sistemas religiosos com teologias complexas que ensinam a falsa doutrina da justificação por obras. Mas eles ensinam “*um outro evangelho [...] e querem perverter o evangelho de Cristo*” (Gl 1:6-7). Veremos isto na próxima seção.

Sem um entendimento da justificação somente pela fé não percebemos a dádiva gloriosa da graça: o “favor imerecido” se transforma em “merecido” e começamos a achar que merecemos a salvação. A doutrina da salvação nos ajuda a manter “*a simplicidade e pureza devidas a Cristo*” (2Co 11:3). Mantendo a doutrina da justificação pela fé evita que caiamos na mentira que podemos merecer o céu. Não há ritual, não há sacramento, não há ação que nos possa fazer merecedores da justiça de Cristo; apenas pela sua graça, em resposta à nossa fé, é que Deus nos concede a santidade do seu Filho. Tanto o AT quanto o NT dizem: “*o justo viverá pela fé*” (Hc 2:4; Rm 1:17; Gl 3:11; Hb 10:38) [[14]](#footnote-14).

**Justificação na história da Igreja**

**Agostinho** e **Pelágio** estavam preocupados com o problema de como o homem se salva. O homem seria salvo pelo poder divino apenas, ou havia um lugar no processo da salvação para a vontade humana? Pelágio (c. 360 - c. 420), monge britânico, dizia que o homem tinha capacidade de escolher entre o bem e o mal, pois, segundo ele, o homem não herda o pecado original. Ainda, segundo ele, o homem poderia cooperar com Deus na conquista da santidade. Ao contrário dele, Agostinho (354-430), bispo de Hipona, afirmava que a vontade do homem é tão limitada que ele nada pode fazer por sua salvação, a qual vem aos eleitos somente através da graça de Deus em Cristo. Apesar das ideias de Pelágio terem sido condenadas no Concílio de Éfeso em 431, a Igreja não aceitou plenamente as ideias de Agostinho.

O monge **João Cassiano** (c. 360 - 435) procurou conciliar as vontades humana e divina quanto à salvação, pois temia que a eleição e a graça irresistível ensinada por Agostinho gerassem uma irresponsabilidade ética. Entendia que a vontade humana era apenas enfraquecida e podia cooperar com a graça divina no processo da salvação, o que hoje entendemos como **semipelagianismo**. Embora sua proposta ter sido condenada no Sínodo de Orange em 529, a doutrina da Igreja medieval é semelhante a este ponto de vista [[15]](#footnote-15).

O problema levantado por Pelágio e Agostinho permanece perene. O semipelagianismo é precursor do **arminianismo** do século XVI, que se tornou um sistema proeminente em grande parte das igrejas evangélicas atuais, onde a fé é fruto da virtude natural do homem, fruto de sua escolha. Basicamente isto acontece pela rejeição da doutrina reformada da eleição, que torna necessária a noção da graça preveniente [[16]](#footnote-16) para explicar que as pessoas são livres para escolher ou rejeitar o evangelho [[17]](#footnote-17). O arminianismo foi condenado no **Sínodo de Dort** (1618-1619), que afirmou que a vontade humana é totalmente incapaz de iniciar ou obter salvação devido à total depravação do homem. Juntamente com a eleição incondicional, a expiação limitada, a graça irresistível e a perseverança dos santos, estes cinco pontos da soteriologia reformada formam os Cânones de Dort [[18]](#footnote-18).

Mas antes disso surgeo reformador **Martinho Lutero** (1483-1546), monge agostiniano, que veio a estudar a Bíblia e os Pais da Igreja, especialmente Agostinho, o que o levou a crer em Cristo somente para a sua salvação. Ao ler Romanos 1:17 viu que a salvação se ganhava pela fé em Deus, mediante Cristo. Ao contrário de **Erasmo de Roterdã** (c. 1469-1536), que ensinava a liberdade da vontade humana, Lutero cria que a vontade do homem estava tão escravizada que a iniciativa da salvação deveria partir de Deus. Lutero preocupou-se principalmente com a doutrina da justificação pela fé, o que o fez romper com Roma [[19]](#footnote-19). Os princípios teológicos de Lutero foram organizados pelo seu amigo **Melâncton** (1497-1560) na Confissão de Augsburgo (1530). No artigo 4 desta Confissão lemos: “*não podemos alcançar remissão do pecado e justiça diante de Deus por mérito, obra e satisfação nossos, porém que recebemos remissão do pecado e nos tornamos justos diante de Deus pela graça, por causa de Cristo, mediante a fé*” [[20]](#footnote-20).

O jovem **João Calvino** (1509-1564) estudou em Paris onde se familiarizou com os escritos e a teologia de Lutero. Sua inspiração maior, entretanto, foi Agostinho. Calvino dizia que apenas reproduzia os ensinos básicos daquele homem. Tal como Agostinho, a teologia de Calvino se inicia com a condição atual do homem, um estado de total corrupção. Segundo Calvino, a justificação “*consiste na remissão dos pecados e na imputação da justiça de Cristo*” [[21]](#footnote-21). E qual o lugar das boas obras? “*Reconhecemos que a fé e obras estão necessariamente ligadas, entretanto, a justificação é pela fé e não por obras. […] Aqueles que são justificados pela verdadeira fé provam sua justificação por obediência e boas obras, não por uma mera e imaginária aparência de fé*” [[22]](#footnote-22).

A resposta católica romana à Reforma veio no **Concílio de Trento** (1545-1563).Um entendimento da visão católica da justificação não é possível sem entender os decretos deste concílio. Seus participantes consideraram seis questões quanto à justificação: (1) enquanto que muitos consideravam que havia um elemento extrínseco (ou seja, judicial ou legal) na justificação (aproximando-se da Reforma neste ponto), a conclusão consensual era que o pecador não era justificado somente por imputação, mas que a justificação era apenas um início, e que seria necessário ainda a obra da santificação. O Concílio entendia que (2) as boas obras são necessárias para a justificação perfeita. Portanto, é necessário e possível manter a Lei de Deus. O Concílio mantinha também (3) que o pecado afetara a raça humana e o homem não podia realizar a sua própria salvação. O livre arbítrio era enfraquecido pelo pecado. Entretanto, o pecador coopera com a graça da salvação não o rejeitando. O ponto (4) dizia respeito aos sacramentos. O batismo é operante na primeira fase da justificação, ou justificação inicial, onde a graça vence o pecado original. A Eucaristia e a penitência pertencem à segunda fase, ou justificação progressiva, ou seja, a justiça da pessoa é aumentada ao se participar destes sacramentos. Há ainda um último estágio de justificação onde a pessoa pode entrar no céu fazendo suficientes boas obras, desde que não tenha cometido um pecado mortal; caso contrário deverá fazer penitência. E ainda (5), o crente pode saber se está justificado? O Concílio foi forçado a responder a isto, devido à ênfase da Reforma quando à certeza da salvação, dizendo que há uma posição intermediária entre a certeza e a dúvida, para amenizar a ansiedade. E finalmente (6), o homem pode inclinar-se para a justificação, e caso sim, esta inclinação é meritória? O Concílio diz que a nossa justificação inicial é um dom, mas afirma que as obras são necessárias na justificação progressiva. Fez disso um dogma, dizendo que por suas boas obras o homem justificado pode reivindicar um galardão sobrenatural de Deus. Foi exatamente contra isto que Lutero, Calvino e toda a Reforma protestante lutaram.

**Críticas ao Concílio de Trento**

Evidentemente, a doutrina da igreja católica não representa o ensino bíblico sobre a justificação, pois o conceito do mérito humano foi elevado ao status de dogma infalível. Esqueceram que as Escrituras ensinam claramente que graça e obras são mutuamente exclusivas (Rm 11:6). E graça quer dizer: favor não merecido, e salário pelo trabalho é merecido. O catolicismo erra em não distinguir entre justificação e santificação. Não se trabalha para ganhar salvação, trabalha-se porque já a recebemos. Evidentemente, boas obras são necessárias na vida cristã, mas os cristãos reformados resolveram esta questão de uma maneira bem mais balanceada e bíblica. A distinção bíblica e reformada entre justificação e santificação torna o caminho da salvação mais claro e preserva a doutrina da graça, a qual o catolicismo também mantém. Quando o crente tem o direito gracioso de estar diante do trono de Deus pela fé somente, baseado em Cristo, é porque ele já está justificado, e não precisa ficar pensando nas obras que deveria ter feito para saber que seus pecados (passados, presentes e futuros) estão perdoados [[23]](#footnote-23).

**A discussão hoje**

E o que dizer dos diálogos ecumênicos ocorridos nos últimos anos? Isso não seria um sinal de que Roma está aberta para modificar seu ensino tradicional e retirar os anátemas que o Concílio de Trento lançou contra a doutrina luterana e reformada? Uma análise destes documentos, a *Declaração Conjunta* [[24]](#footnote-24) e os *ECT 1* e *ECT 2* [[25]](#footnote-25) revela que a igreja católica não cedeu em nada e que sua doutrina permanece em oposição à doutrina evangélica tanto quanto antes. A justificação continua sendo confundida com a santificação. O sistema sacramentalista continua necessário para o recebimento da graça que capacita o crente a realizar boas obras meritórias e necessárias para crescer em sua justificação. O crente continua preocupado pela sua salvação, pois suas obras podem ser insuficientes para impedir o seu progresso na justificação necessário para conseguir a salvação final e entrar no céu. Se Roma verdadeiramente afirmasse a justificação pela fé somente, ela repudiaria a regeneração pelo batismo, o purgatório, as indulgências e outras questões. Enfim, a salvação pelas boas obras ainda está presente.

Não podemos negar a livre, suficiente e soberana graça de Deus, não podemos acrescentar boas obras à nossa fé na obra de Cristo para merecer a justificação. Somos salvos somente por meio da fé na obra consumada de Cristo na cruz. Essa doutrina ressalta a glória de Cristo e derrota a nossa vanglória [[26]](#footnote-26).

Gerhard Jacobi

1. Faculdade Internacional de Teologia Reformada, Disciplina *BI-605 Hebreus e Epístolas Gerais*, aula 1 [↑](#footnote-ref-1)
2. *BI-605 Hebreus e Epístolas Gerais*, aula 24 [↑](#footnote-ref-2)
3. *BI-605 Hebreus e Epístolas Gerais*, aula 27 [↑](#footnote-ref-3)
4. *BI-605 Hebreus e Epístolas Gerais*, aulas 11, 14, 15 e 16 [↑](#footnote-ref-4)
5. Henry Halley, *Manual Bíblico*, S. Paulo, Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 2ª. ed., 1971, pág. 577. [↑](#footnote-ref-5)
6. *BI-605 Hebreus e Epístolas Gerais*, aula 22 [↑](#footnote-ref-6)
7. Tiago, Pedro e João escreveram seis das oito Epístolas Gerais. Muito provavelmente Judas também estava lá em Jerusalém, bem como o apóstolo Mateus e João Marcos, companheiro de Pedro. Faltaram Lucas e o autor desconhecido de Hebreus para estarem reunidos todos os escritores dos livros do NT naquela ocasião. [↑](#footnote-ref-7)
8. *BI-605 Hebreus e Epístolas Gerais*, aula 28 [↑](#footnote-ref-8)
9. Gresham Machen, *Notes on Galatians*, citado em <http://www.opc.org/new_horizons/NH05/02a.html> [↑](#footnote-ref-9)
10. *BI-605 Hebreus e Epístolas Gerais*, aula 22 [↑](#footnote-ref-10)
11. <http://www.opc.org/new_horizons/NH05/02a.html> [↑](#footnote-ref-11)
12. Confissão de Fé de Westminster, Catecismo Maior e Breve Catecismo, S. Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1ª. edição, 1991 [↑](#footnote-ref-12)
13. Anthony Hoekema, *Salvos pela Graça*, S. Paulo, Editora Cultura Cristã, 2ª. edição, 2002, págs. 21-27 [↑](#footnote-ref-13)
14. <https://www.gotquestions.org/justification-by-faith.html> [↑](#footnote-ref-14)
15. Earle Cairns, *O cristianismo através dos séculos*, S. Paulo, Edições Vida Nova, 3ª. ed., 2008, págs. 118-119. [↑](#footnote-ref-15)
16. <http://www.cincosolas.com.br/2013/12/breves-consideracoes-sobre-graca.html>. A graça preveniente diz que a morte de Jesus anula os efeitos da natureza caída, seu livre-arbítrio foi restaurado, e a pessoa pode cooperar com a graça de Deus (salvação sinergista). [↑](#footnote-ref-16)
17. Franklin Ferreira e Alan Myatt, *Teologia Sistemática*, S. Paulo, Edições Vida Nova, 1ª. edição revisada, 2008, p. 819-822. [↑](#footnote-ref-17)
18. Cairns, págs. 281, 293-294 [↑](#footnote-ref-18)
19. Cairns, págs. 259-266; Halley, págs. 698-700 [↑](#footnote-ref-19)
20. <http://www.monergismo.com/textos/credos/confissao_augsburgo.htm> [↑](#footnote-ref-20)
21. Calvino, *Institutas da Religião Cristã,* livro 3, 11.2, <http://www.ccel.org/ccel/calvin/institutes.v.xii.html> [↑](#footnote-ref-21)
22. Calvino, *Institutas da Religião Cristã,* livro 3, 16.1 e 17.12 [↑](#footnote-ref-22)
23. Norman Geisler e Ralph MacKenzie, *Roman Catholics and Evangelicals, Agreements and Differences*, Grand Rapids, Baker Books, 1995, capítulo 5, <http://www.obinfonet.ro/docs/apo/geisler_rcev/geisler_rcev_05.pdf> [↑](#footnote-ref-23)
24. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_Conjunta_Sobre_a_Doutrina_da_Justifica%C3%A7%C3%A3o> : A Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificaçãoda Federação Luterana Mundial e da Igreja Católica foi um documento assinado em 31 de outubro de 1999, na cidade de Augsburgo, estabelecendo que as confissões católica e luterana professam a mesma doutrina sobre a justificação pela fé, embora com diferentes desdobramentos.  [↑](#footnote-ref-24)
25. ECT 1 (*Evangelicals and Catholics Together*) é um documento ecumênico de 1994 assinado por teólogos americanos católicos e protestantes de renome (<https://en.wikipedia.org/wiki/Evangelicals_and_Catholics_Together>); foi seguido por outros documentos: ECT 2 (1997) e ECT 3 (2002), veja <http://www.religioustolerance.org/chr_caev1.htm> [↑](#footnote-ref-25)
26. Franklin Ferreira e Alan Myatt, *Teologia Sistemática*, págs. 826-833. [↑](#footnote-ref-26)